

As Estratégias de Manutenção dos Bens Materiais e Simbólicos no Futebol Carioca do Início do Século XX: Bangu Atlético Clube e Club de Regatas Vasco da Gama

Strategies of Keeping Material and Symbolic Goods of the Football of the State of Rio de Janeiro at the Beginning of Twentieth Century: Bangu Athletic Club and Club de Regatas Vasco da Gama

Pedro Jorge Lo Duca Vasconcellos¹

Andrea Lopes da Costa Vieira²

Jose Jairo Vieira³

Resumo

O objetivo do artigo ora apresentado é o de realizar uma investigação, a partir do arcabouço teórico elaborado por Carlos Hasenbalg, das estratégias de manutenção das desigualdades raciais e sociais no futebol carioca em seus primeiros anos. Para isto, consideraremos como marcos empíricos os casos do Bangu Athletic Club e do Club de Regatas Vasco da Gama, clubes de caráter popular, e as reações dos rivais consolidados da cidade, vinculados às elites socioeconômicas, para impedir a ascensão esportiva destes clubes. A cor e a posição social aparecem como critérios de distinção e obstáculos aos benefícios materiais e simbólicos. A tensão entre amadorismo e profissionalismo, com a ascensão do Vasco da Gama, provocaria consequências irreversíveis ao futebol da cidade.

Palavras-chave: Hasenbalg. Futebol. Rio de Janeiro. Bangu. Vasco.

Abstract

The objective of the article presented here is to carry out an investigation, based on the theoretical framework developed by Carlos Hasenbalg, of the strategies for maintaining racial and social inequalities in Carioca soccer in its early years. For this, we will consider as empirical landmarks the cases of the Bangu Athletic Club and the Club de Regatas Vasco da Gama, clubs of popular character, and the reactions of the consolidated rivals of the city, linked to the socioeconomic elites, to prevent the sports ascension of these clubs. Color and social position appear as criteria of distinction and obstacles to material and symbolic benefits. The tension between amateurism and professionalism, with the rise of Vasco da Gama, would provoke irreversible consequences to the soccer of the city.

Keywords: Hasenbalg. Football. Rio de Janeiro. Bangu. Vasco.

¹ Doutor em Memória Social, na linha de pesquisa Memória e Espaço, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). E-mail: pedromirok@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8015-2543>.

² Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). E-mail: andrea.lcosta@uol.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3672-6298>.

³ Doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). E-mail: jairo.vieira@uol.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9395-5345>.

Introdução

Atravessadas na realidade nacional em diversas escalas e esferas da vida social, as barreiras raciais não deixariam de possuir sua trajetória perversa e complexa no universo do futebol, manifestação esportiva que conquistou a preferência nos corações e mentes dos brasileiros ao longo do século XX.

Na virada do século XIX às primeiras décadas do século XX, período de instauração e consolidação do regime republicano, a sociedade brasileira, sobretudo nos grandes centros, assistiu ao surgimento e apropriação do futebol pelas elites urbanas, então desejosas dos hábitos e costumes importados da Europa. O gosto pelos modismos do continente europeu estava circunscrito principalmente aos elementos inspirados nas realidades francesas (culturais) e inglesas (esportivos), em contraposição aos componentes ibéricos, associados pelos grupos políticos e sociais emergentes como o signo do atraso.

Nesse sentido, a ideia de modelo civilizatório encontrava nas importadas práticas esportivas e de lazer um de seus pilares na recém-fundada república, porquanto carregava os pressupostos de aprimoramento físico, organização coletiva e exibição pública dos grupos sociais que deveriam formar o corpo da nação. Com isso, delineava-se uma função pedagógica desse novo passatempo: o estabelecimento de valores modernizantes que deveriam guiar os códigos da alta sociedade, fazendo das classes populares elementos indesejáveis no universo do futebol. Diante desse novo quadro, o futebol deveria operar como um dos componentes institucionais a enquadrar-se simbolicamente às teses do branqueamento enquanto projeto nacional do país, esboçado de modo mais transparente no final do século XIX.

No Rio de Janeiro, capital da república, tal pensamento social vigente do período encontrava nas reformas urbanas promovidas por Pereira Passos, no primeiro decênio do século XX, a materialidade das formas de vida europeia desejada pelas elites locais. Nesse processo, a população mais pobre que habitava os cortiços do centro da cidade, modelada sob o signo da elegância, era despejada para outros pontos do espaço urbano.

De acordo com Leonardo Pereira (1998), na visão das elites como uma forma de “regeneração das raças”, os esportes, no regime de amadorismo vigente nos primeiros anos da introdução do futebol, seriam um instrumento de construção de desigualdades sociais e raciais, uma vez que os *sportsmen* deveriam ser os legítimos portadores dos valores da modernidade (cavalheirismo, disciplina, lealdade, refinamento), justificando sua posição de superioridade na pirâmide social. Assim, buscando um clima de cordialidade entre os adversários da alta sociedade, “os jogos continuavam a ser, dessa forma, verdadeiros pontos de encontro das altas rodas da sociedade carioca” (PEREIRA, 1998, p. 86). Portanto, valorizava-se mais o comportamento dos jogadores em campo, sob os atributos do *fair play*, um traço de distinção social dos jogadores da elite nos campos de futebol, do que o resultado das partidas e o desempenho técnico. Desse modo, os aspectos sociais sobrepunham-se aos técnico-esportivos. (cf. SILVA, 2006).

Em sua fase inicial, assim, os jogadores negros enfrentaram a exclusão do esporte pela cor da pele de modo mais explícito, tendo acesso apenas a clubes periféricos da cidade. Sua presença nos clubes de elite não era percebida como uma atitude socialmente benéfica, haja vista que ser atleta de um clube pressupunha, simultaneamente, ser sócio dele. Ou seja, ter indivíduos das camadas populares, sobretudo negros, transitando pelo espaço social das elites não eram bem-vindo.

As primeiras evidências de racismo no esporte estiveram presentes desde seus primeiros passos, quando o período denominado “amadorismo” preservava os códigos elitistas entre aqueles que participavam desse território simbólico nos principais clubes da cidade. Episódios de preconceitos raciais marcaram o percurso de popularização do futebol no país, alguns bastante expressivos pela interferência de poderosas figuras no desenrolar deste esporte na vida nacional.

Em 1919, a seleção brasileira conquistava seu primeiro título sul-americano, ao derrotar os uruguaios no estádio das Laranjeiras. Com um gol de Arthur Friedenreich (filho de mãe negra e pai branco) na prorrogação, o título foi efusivamente festejado dentro e fora do estádio, tomando as ruas da cidade, num movimento que explicitava o aumento da popularidade do esporte inglês que ia sendo antropofagizado pelos brasileiros.

No entanto, em 1921, no Campeonato Sul-Americano realizado na Argentina, a seleção brasileira, que iria ao torneio defendendo o título, o presidente Epitácio Pessoa não permitiu que jogadores negros integrassem a delegação que jogaria o torneio, receoso de que a imagem do país pudesse ser maculada em terras argentinas, naquele momento histórico percebido como um país civilizado e europeizado, sobretudo sua capital, Buenos Aires.

Contudo, à medida que o futebol se popularizava, numa gradual superação do amadorismo, escancaravam-se as tensões e conflitos até então mascarados. Foi nessa fase de transição no esporte que se assistiu ao ingresso de atletas pertencentes às classes populares, proletarizadas, constituídas especialmente por negros e mestiços nas equipes. Tal acontecimento gerou reações diversas.

Diante disso, o presente trabalho é uma tentativa de demonstrar o modo pelo qual as elites dirigentes do futebol mudaram sua postura e criaram obstáculos para que os clubes associados às camadas populares, distantes da zona sul da cidade, pudessem alcançar os louros das conquistas entre os mais abastados. Se havia uma aparente calma entre clubes, entidades e dirigentes enquanto o Bangu Athletic Club, mesmo sendo de caráter popular e o primeiro a utilizar um jogador negro, participava do principal campeonato da cidade como mero coadjuvante, uma arena de tensões explícitas foi armada, anos depois, quando o Club de Regatas Vasco da Gama, também de caráter popular, formado por jogadores negros e pobres, ameaçou esportiva e simbolicamente a hegemonia dos principais e consolidados clubes do Rio de Janeiro.

Para elaborar esse artigo e entender as mudanças de postura de um momento para o outro, trabalha-se com a perspectiva teórica desenvolvida por Carlos Hasenbalg, sobretudo em sua obra *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979), que apresenta as permanentes práticas discriminatórias das elites brasileiras para dificultar o acesso de negros e pobres a bens simbólicos e materiais, reproduzindo a manutenção das desigualdades sociais e raciais. Com isso, a intenção é a de compreender como o futebol não escaparia a esse processo.

A Mestiçagem: Entre a Condenação e a Idealização

A segunda metade século XIX assistiu à produção de algumas interpretações racistas sobre a humanidade, cujos teóricos associavam os modos de ser e de viver de um povo às suas características fenotípicas. As obras do francês Arthur de Gobineau, com destaque para “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” (1855), animavam intelectuais de várias partes do mundo para a temática da superioridade da “raça branca”, propensa a criar uma cultura mais elevada, enquanto outros povos, considerados como raças inferiores, tinham como finalidade a servidão. Além disso, a mistura das duas “raças” era considerada algo nocivo e decadente para um povo⁴.

Mais tarde, o italiano Cesare Lombroso lançara “O homem delinquente” (1876), obra que estabelece as bases de campos do conhecimento como Direito Penal, da Criminologia e da Medicina Legal⁵. Nela, Lombroso busca identificar delinquentes e criminosos por meio de fatores genéticos, ambientes e climáticos, que para ele seriam determinantes para que certos indivíduos cometessem delitos. Esses estudos, que obtiveram muita popularidade e adesão entre os estudiosos positivistas, inclusive inspirando o Código Penal no Brasil, procuravam estabelecer uma “correlação entre atributos externos (físicos) e internos (morais), fazendo da raça um elemento ontológico e definidor do futuro das nações” (SCHWARCZ, 2012, p. 121). Por meio das questões biológicas, dessa forma, raça e nação entrelaçavam-se para determinar as diferenças entre o desenvolvimento dos povos, seus níveis de progresso e civilização, de ordem social e moral.

No Brasil, partindo destes pressupostos, figuras renomadas dos círculos da intelectualidade, cada qual a seu modo, filiavam-se a estas teorias e condenavam a mestiçagem latente na vida nacional, uma vez que esta característica confirmaria o ocaso da nação em suas diversas esferas, desde o componente moral e intelectual, passando pelo político, até o social.

⁴ Cf. Joseph Arthur Gobineau, *Ensayo sobre la desigualdad de la srazas humanas*. Barcelona: Editorial Apolo, 1937.

⁵ Cf. Lombroso, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2013. (Coleção fundamentos de direito)

Assim, concluíam ser o país um espaço predisposto a gerar indivíduos hereditariamente ambíguos em termos morais, inferiorizados, tristes, erotizados, seja por conta de seu caldeirão racial, seja pelas condições particulares do clima⁶.

Em obras como “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil” (1894) e “Mestiçagem, degenerescência e crime” (1899), o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues se apresentava como um dos grandes expoentes do darwinismo social vigente nesse período, para quem a mistura racial atestaria o atraso do país. Nesse caso, a mestiçagem da população estaria vinculada ao processo de sua degeneração, fazendo do brasileiro “um povo decadente”. Sua Antropologia Criminalista, sob a inspiração dos trabalhos criminológicos de Cesare Lombroso dos biótipos criminais, considerava o negro como um elemento mais propenso a cometer crimes na sociedade e, por isso, considerado degenerado. O autor chegava mesmo a afirmar que “acredito e afirmo que a criminalidade no mestiço brasileiro é, como todas as outras manifestações congêneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada às más condições antropológicas do mestiçamento no Brasil (RODRIGUES, 2011, p. 71).

Dessa forma, conforme aponta Lilia Moritz Schwarcz, “Nina Rodrigues seria um dos intelectuais mais coerentes de seu período ao adotar o darwinismo social de forma literal, ao negar o evolucionismo social e incluir a criminologia de Lombroso como modelo” (SCHWARCZ, 2009, p. 92). Com o fim do sistema escravocrata e a proclamação da República, inspirado no regime político francês e nas ideias do positivismo de Comte, almejava-se um país embranquecido na concepção corrente na virada do XIX para o XX.

Todavia, esse cenário de construções pessimistas e condenatórias da mestiçagem seria revertida a partir dos anos 1930, na esteira da mudança de poder na República. Nesse momento, o trabalho de Gilberto Freyre em sua análise do processo de formação da sociedade brasileira é a interação criativa de raças e culturas. Produziu-se, nesse encontro fertilizante, um amplo processo de conciliação de oposições gerador de uma grande sociedade híbrida. O autor afirmava que:

[...] híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone (FREYRE, 2003, p. 160).

Sendo assim, promovia-se positivamente a representação da nação mestiça, resultado do cruzamento de raças e culturas que singularizava a nação brasileira. Tal explicação dava à cultura mestiça uma representação oficial do movimento nacionalista dos anos 1930. O trabalho emblemático para essa nova compreensão da mestiçagem é Casa-grande & senzala, lançado em 1933. O livro oferecia um novo modelo para a sociedade multirracial brasileira, ao inverter o antigo pessimismo, e introduzir os estudos culturalistas de análise. Nesse sentido, ao contrário de anos anteriores, quando a miscigenação era sinônimo de uma condição de degenerescência da sociedade, desta vez a mestiçagem aparecia como símbolo de um modelo saudável de sociabilidade. Alguns elementos apareciam como formadores da autenticidade nacional: o samba, a feijoada, o futebol.

⁶ Nesse ponto, o livro de Paulo Prado, Retratos do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira, lançado em 1928, aborda, de maneira ambígua, essa temática, fazendo uma leitura pessimista da realidade brasileira ao apontar que “numa terra radiosa vive um povo triste Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram” (PRADO, 1981, p. 17). Com isso, atribuía parte de seu pessimismo com a condição do Brasil aos colonizadores brancos, uma vez que a cultura europeia não era capaz de dar conta da realidade brasileira, mas ignorou que aqui já viviam diversas nações indígenas.

Não por acaso o livro de Mario Filho, *O negro no futebol brasileiro* (2003), lançado em 1947, tornou-se um marco para a compreensão das particularidades que edificaram a trajetória do futebol brasileiro. A principal tese do jornalista é a de que o futebol, a partir das tensões entre o amadorismo e profissionalismo, configurou-se como um espaço de ascensão social do negro. A narrativa do livro, em sua edição original, é centrada no percurso de exclusão, integração e redenção do negro no futebol nacional. Se nos primeiros anos, conforme argumentava Mario Filho, as portas dos grandes clubes eram fechadas ao jogador negro, sua integração representou a reinvenção deste produto britânico, forjando sua brasilidade. Sendo assim, a partir da contribuição decisiva do negro – que, para Mario Filho (2003, p. 73) “não podia aprender com professor”, mas com a ajuda de sua “intuição” –, o esporte transformou-se numa idiosincrasia nacional⁷.

Ressaltando o aspecto positivo da estética carnavalizada de jogar do brasileiro, definida pelos movimentos corporais singulares dos indivíduos como produto da miscigenação – elemento central de integração nacional –, o futebol brasileiro estaria nas antípodas daquilo que Gilberto Freyre definiu como estilo europeu, mais competitivo e disciplinado (apolíneo), com ênfase para o fundador inglês, sem aspectos de improvisação tão marcantes no caso brasileiro (dionísíaco). O futebol, para o autor, passava a ser considerado como a mais expressiva manifestação das vantagens da democracia racial⁸.

Para o jornalista, se no início de sua trajetória o futebol nacional se apresentava como um espaço tipicamente branco, onde os clubes e dirigentes não aceitavam de bom grado a inserção de jogadores das camadas populares, com o tempo foi se consolidando como um esporte popular, tanto em sua prática por jogadores de todos os grupos sociais quanto pelo crescimento do público nos estádios. A obra de Mario Filho possui seu mérito, uma vez que de fato a presença dos negros no futebol é maior do que em outras áreas da vida social. No entanto, essa tese apresenta suas lacunas, visto que a celebração da harmonia racial como um fato dado impede uma leitura crítica das assimetrias e hierarquizações ainda existentes entre os sujeitos no universo do futebol⁹.

Posto isto, a exaltada ideologia da democracia racial persistira (e continua a persistir) no imaginário social brasileiro como uma realidade harmônica palpável, apresentando-se como um modelo a ser seguido em termos de relações raciais, ao passo que os Estados Unidos estariam na antípoda dessa realidade, uma vez que apresentam um racismo explícito e sem

⁷ É preciso destacar as diferenças e continuidades entre a primeira e a segunda edições do livro. Na primeira, dos anos 1940, Mario Filho transparecia uma visão otimista de que, com a ascensão do negro, o racismo no futebol teria sido extinto. Já no prefácio da segunda edição, lançada nos anos 1960, o jornalista faz a observação de que, ao contrário do que havia afirmado na primeira edição, o racismo não teria encontrado o seu fim com o sucesso de jogadores negros como Leônidas da Silva e Domingos da Guia. Pelo contrário, o preconceito racial passaria por um recrudescimento após a derrota da seleção na Copa de 1950, especialmente com a condenação pública do goleiro Barbosa. Para Mario Filho, o racismo teria encontrado seu ocaso após vitórias nas Copas de 1958 e 1962, cujos heróis seriam Pelé e Garrincha, um negro e um mulato, respectivamente, exibindo ao mundo o valor positivo da mestiçagem. Portanto, a tese central do livro continuaria a mesma, sendo apenas descolada no tempo histórico pela derrota de 1950, daí o autor ter acrescentado dois capítulos na segunda edição: *A provação do preto* e *A vez do preto*.

⁸ Amigo de Mario Filho, foi com Gilberto Freyre que efetivamente começa-se a desconstruir a ideia de negatividade da miscigenação racial, tão em voga nos debates em torno de uma explicação para o “atraso brasileiro”. Se para autores como Nina Rodrigues e Silvio Romero, que antecederam Freyre, a mistura racial merecia análises negativas por formar um caráter brasileiro obtuso, derrotado, fracassado, incentivando inclusive processos de branqueamento que, para eles, significariam civilizar-se, Gilberto Freyre, em suas obras *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, ambas publicadas nos anos 1930, lida com a concepção inversa àquela dos autores citados, haja vista que acredita ser exatamente na miscigenação o sucesso do brasileiro. A mistura promovida entre brancos, negros e índios seria um elemento de promoção da harmonia social, e não de atraso. Essa noção foi amplamente aceita em seu tempo, sendo um dos pilares da construção de uma identidade nacional no período varguista. No futebol, como tentamos apresentar, Mario Filho inspirou-se em Freyre para realizar sua análise da miscigenação como fator triunfal do futebol brasileiro.

⁹ Para aprofundamento dos debates em torno da obra de Mario Filho e seus impactos no universo acadêmico que trata da temática dos esportes, em particular do futebol, ver os artigos de Antônio Jorge Soares – História e invenção de tradições no campo do futebol – e de Ronaldo Helal e Cesar Gordon Jr – Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional. Estes artigos e suas discussões encontram-se em: *Estudos Históricos*, 1999.

ambivalências. Contudo, essa era uma representação essencialmente narrativa, não encontrando correspondência integral com a realidade concreta, haja vista que os negros continuavam na periferia das atenções do Estado, tendo acesso diferenciado ao trabalho, ao lazer, à educação e à infraestrutura mais básica.

O amplo projeto da Unesco de estudar a realidade racial brasileira a partir da hipótese de Donald Pierson¹⁰ – a de que o Brasil se configuraria como um caso neutro e bem-sucedido nas relações raciais – consolidou uma postura crítica entre os intelectuais na fantasiosa argumentação de que o caso brasileiro seria um ponto fora da curva em termos de tensões raciais. Um dos expoentes desse movimento foi a Escola Paulista, da Universidade de São Paulo.

Harmonia e Conflito: a Querela Entre Gilberto Freyre e Florestan Fernandes

Gilberto Freyre, como temos analisado até este ponto, identificou na miscigenação racial um ponto determinante na integração cultural. Nos anos seguintes, contudo, começaram a surgir estudos com conteúdos mais científicos e enfoques inéditos de abordagem do problema, acompanhados de pesquisa de campo e levantamento minucioso de dados. Com isso, a visão culturalista de Freyre começa a ser desconstruída pelos intelectuais da Escola Paulista da USP, mais interessados na luta de classes e na revolução burguesa.

Capitaneada por Florestan Fernandes, a partir dos anos 1950, esta corrente de pensamento vê em Gilberto um culturalismo conservador. Enquanto Gilberto Freyre pensava o Brasil como uma civilização moldada pela convergência cultural, pela democracia racial, além da ênfase na família patriarcal como unidade estruturadora da sociedade, Florestan Fernandes fiava-se no conflito econômico, no racismo, preferindo o caminho dos antagonismos das classes sociais como unidades estruturadoras da sociedade. Enquanto Gilberto Freyre pensava na miscigenação racial como um elemento fundador do ethos brasileiro, Florestan e a escola paulista enfatizavam a escravidão e optam pela linha da dominação econômica do negro e do índio pelo branco europeu, isto é, nas relações de produção. Por isso, no caso brasileiro, teria ocorrido a fragmentação socioeconômica das raças como produto da dominação oligárquica.

Com isso, a tarefa do pensamento de Florestan é estabelecer uma relação entre a modernidade e a integração do negro na sociedade, a ordem capitalista e racional e ordem estamental e escravocrata. No entanto, a visão culturalista era suplantada pela análise socioeconômica de uma sociedade que, marcada pelas discontinuidades da modernidade, continuaria a sofrer com a problemática racial. Florestan toma como realidade empírica a ser explorada a acelerada transformação que aconteceu em São Paulo, o que teria criado obstáculos para a integração do negro na vida urbana.

Nessa perspectiva, portanto, a questão racial seria superada com o aperfeiçoamento do processo de modernização e democratização do estado brasileiro, no momento em que a sociedade de classes se impusesse aos hábitos e padrões de comportamento das sociedades arcaicas, com seus sistemas de castas e estamentos, onde a modernização não havia ainda se consolidado. Diante dessa realidade, Florestan Fernandes intuía que:

[...] tornou-se possível compreender como o preconceito e a discriminação raciais, no modo segundo o qual se manifestam no Brasil, se explicam diferentemente, segundo se considere a organização da sociedade senhorial e escravocrata; os efeitos da lentidão com que negros e mulatos foram incorporados ao sistema de classes; ou os complexos de valores, atitudes e orientações de comportamento vinculados aos estilos de vida dos diversos segmentos sociais ou dos vários grupos étnicos e raciais, mais ou menos determinados por situações de classes, consolidadas ou não. A intenção foi ligar a desintegração do sistema de castas e estamentos à formação e à expansão do sistema de

¹⁰ Pierson, da Escola de Chicago, realizou uma pesquisa sobre relações raciais na Bahia, concluindo a inexistência de preconceito. Essa ideia chancelou o mito da democracia racial, uma vez que se acreditava que o preconceito seria prioritariamente de classe. A partir do "Projeto Unesco", essa crença foi problematizada.

classes, para descobrir como variáveis independentes, constituídas por fatores psicossociais ou socioculturais baseados na elaboração histórica da “raça” ou da “cor”, poderiam ser e foram realmente recalibrados estrutural e dinamicamente (FERNANDES, 2013, p. 20-21).

A contribuição de Florestan foi ter colocado a questão da discriminação e do preconceito, em oposição à harmonia preconizada por Gilberto Freyre, mas sua análise, em alguma medida, subordinou tema da raça a uma questão de classes e abandonou a cultura. Em meio a um contexto marcado pela radicalização política do regime militar (no plano interno) e da Guerra Fria (no plano externo), o tema racial aparecia como uma questão menor; condicionada à estrutura econômica.

Contudo, a partir dos anos 1970, começam a surgir pesquisas quantitativas que investem em análises que racializam o debate das desigualdades na realidade nacional. Para esse corrente, com ênfase para os trabalhos de Carlos Hasenbalg, a relação entre desigualdade social e componente racial não pode ser reduzida exclusivamente pelo viés materialista. O preconceito racial, nessa visão, não é extinto na mesma proporção do avanço da sociedade de classes e sua modernização. Há particularidades que devem ser consideradas para além da estrutura socioeconômica.

Obstáculos aos Bens Simbólicos e Materiais na Sociedade Brasileira

O livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, de Carlos Hasenbalg, publicado no ano de 1979, representou um marco na produção sociológica brasileira e na temática da discriminação racial. Além do impacto causado na área acadêmica, repercutiu fortemente entre os militantes do movimento negro brasileiro, pois as conclusões apresentadas pelo autor, ao longo do livro, convergiam para as reivindicações daqueles que lutavam em favor da igualdade racial. Com base em fartos dados estatísticos (análise dos dados censitários de renda, educação, naturalidade, origem, ocupação, ocupação dos pais, estado de residência, cor e outros), seu livro demonstra de modo cabal a maneira pela qual a cor dos indivíduos tinha (e continuar a ter) peso explicativo para a questão da pobreza e sua reprodução social. Desse modo, a pobreza carregaria as cores preta e parda.

Para Carlos Hasenbalg, as razões da marginalização social do povo negro são encontradas nas práticas compreendida como “racistas” e discriminatórias subjacentes ao período posterior à abolição. Nesse tocante, sua pesquisa se preocupa em alertar o modo pelo qual a propagada e enraizada ideia de “democracia racial” brasileira não passa de um mito¹¹, mais explicitamente, aponta que:

[...] se for considerada a distância entre os ideais e as práticas raciais brasileiras, a ‘democracia racial’ é um poderoso mito. Sua função, como instrumento ideológico de controle social, é legitimar a estrutura vigente de desigualdades raciais e impedir que a situação real se transforme numa questão pública (HASENBALG, 2005, p. 19).

Embora seja importante salientar que o mito não deva ser percebido apenas como algo ilusório, referente a uma falsa consciência, mas um conjunto de valores que encontram algum efeito prático na sociedade (cf. Guimarães, 2006a; 2006b).

A democracia racial e a ideia do branqueamento populacional se transformaram em “armas ideológicas” que levaram a situação de fragmentação da identidade racial e cooptação social. Este mito implicou na reconstrução idílica do passado e a persistência do clientelismo. Em sua pesquisa, mostra como a comparação com a realidade percebida nos Estados Unidos ajudou a moldar uma autoimagem favorável dos brasileiros com referência às relações raciais.

¹¹ Embora seja importante salientar que o mito não deva ser percebido apenas como algo ilusório, referente a uma falsa consciência, mas um conjunto de valores que encontram algum efeito prático na sociedade (cf. Guimarães, 2006).

Por isso, afirmara que “como construção ideológica, a ‘democracia racial’ não é um sistema desconexo de representações; está profundamente entrosada numa matriz mais ampla de conservadorismo ideológico, em que a preservação da unidade nacional e a paz social são as preocupações principais (HASENBALG, 2005, p. 253).

Ademais, critica também a premissa da escola sociológica paulista que, como vimos anteriormente, considera o racismo como resquício cultural das arcaicas formas de relações sociais ancoradas na ordem escravocrata, podendo ser superada conforme haja um desenvolvimento capitalista de uma sociedade de classes competitiva, aberta e democrática. Ao contrário das premissas formuladas por Florestan Fernandes, privilegiando o preconceito de classe em detrimento de análises sobre o preconceito racial, Hasenbalg conclui que as desigualdades raciais permanecem mesmo após a industrialização do país, restringindo as possibilidades de mobilidade social desse grupo. Portanto, afirma o autor que:

O papel da raça na geração das desigualdades é negado, noutro, o preconceito racial é reduzido a um fenômeno de classe e, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado escravista. Nenhuma destas perspectivas considera seriamente a possibilidade de coexistência do racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista (HASENBALG, 1982, p. 88).

Dessa maneira, Hasenbalg rebate a ligação causal entre desenvolvimento do capitalismo industrial e, conseqüentemente, a extinção dos preconceitos raciais, argumentando que a discriminação pela cor da pele no Brasil é resultado direto das desigualdades entre brancos e não brancos em diferentes esferas – educação, economia, acesso ao trabalho – e que foi reconstruída no tempo presente pela ordem capitalista, onde a exploração de classe e a subordinação racial se articularam como mecanismos de dominação e exclusão da população negra, então impedida de obter acesso a bens materiais e simbólicos.

Hasenbalg postulava que os negros foram, ao longo do tempo, explorados economicamente e que esta exploração foi praticada por classes ou frações de classes dominantes brancas, com o propósito de sustentar sua posição soberana. Nesse sentido, a abertura da estrutura social após a abolição em direção à mobilidade está diretamente ligada à cor da pele, fazendo da raça um critério seletivo no acesso à educação e ao trabalho. Condição esta que não foi alterada substancialmente com o passar do tempo, o que o faz afirmar que “a mobilidade social ascendente, experimentada pelos brasileiros de cor depois da abolição, foi tão restrita que desigualdades raciais acentuadas têm sido perpetuadas até o presente.” (HASENBALG, 2005, p. 21).

O racismo, segundo o autor, possui uma força que não deve ser subestimada, uma vez que capilarizada pelo corpo social, de maneira mais ou menos velada. O preconceito de cor é uma forma de etnocentrismo que precedeu a escravidão e preparou o terreno para o racismo estrutural em nossa sociedade, compreendido como uma ideologia de opressão e subordinação. Com efeito, as práticas racistas lançam mão de recursos para a preservação da estrutura de privilégios e dominação dos brancos, ao passo que reafirmam a desmobilização civil dos negros. Desse modo, “a imagem da harmonia étnica e racial como parte de uma concepção ideológica mais ampla da “natureza humana” brasileira é associada a um mecanismo de legitimação destinado a dissolver tensões, bem como a antecipar e controlar certas áreas de conflito social” (HASENBALG, 2005, p. 254).

Conforme em sua própria síntese, deixa claro que a intenção de seus estudos foi a de compreender “a funcionalidade da discriminação racial como instrumento de desqualificação de grupos sociais no processo de competição por benefícios simbólicos e materiais, resultando em vantagens para o grupo branco em relação aos grupos não-brancos (preto e pardo)” (HASENBALG, 2005, p. 262). Voltou-se, portanto, para a análise dos impactos do componente racial nas oportunidades de acesso a bens materiais e simbólicos, dos quais o futebol não estaria imune, sendo produto e vetor das relações sociais. Nas primeiras décadas do futebol

carioca, os casos de Bangu e Vasco, e as reações perpetradas pelos clubes dirigentes naquele período, balizaram as estruturas racistas e os mecanismos de manutenção de privilégios e da estratificação racial e social na esfera desportiva.

Bangu Athletic Club: o Periférico Outsider

Fundado em 1904 por operários britânicos, capitaneados por Thomas Donohoe, que vieram ao Rio de Janeiro para trabalhar na Fábrica de Tecidos Bangu e desejavam praticar e popularizar o esporte na região, o Bangu Athletic Club traz na sua gênese a característica de ser um clube fortemente vinculado ao seu território, algo muito habitual em locais como Reino Unido e Argentina, e é coerente com a afirmação de Giulianotti de que “os clubes de futebol de áreas de classe operária forte são muito ligados à ‘estrutura de sentimento local’” (GIULIANOTTI, 2010, p. 55).

Essa relação foi estabelecida nos primórdios do esporte, em especial na passagem do século XIX para o XX. Nesse cenário de surto urbano-industrial, muitos clubes surgiram ligados às fábricas locais, com seus estádios construídos no mesmo local do labor, colocando as duas esferas em posição de inflitirem dinamicamente uma sobre a outra. No caso do Bangu, seu estádio se localizava, inicialmente, ladeado à Fábrica, na rua Ferrer. Essa foi sua casa até o ano de 1947, quando da citada edificação do estádio de Moça Bonita. A distância que separava o clube daqueles que se concentravam na Zona Sul fizera-se um incômodo, mas essa era uma questão menor diante de outro elemento que se insinuava no meio elitista do futebol: a condição social e a questão racial.

O clube participou do campeonato local em sua primeira edição, no ano de 1906, mas sem chamar tanta atenção pelo seu desempenho esportivo. No entanto, o que saltava aos olhos dos rivais era a presença de Manoel Maia e Francisco Carregal, jogadores negros que faziam parte das fileiras do clube. Já no campeonato seguinte, em 1907, a diretoria do Bangu decidira não participar da competição por não poder inscrever os jogadores supracitados, diante das exigências do regime amador aplicadas pela liga de futebol.

A Gazeta de Notícias de 18 de maio de 1907 informava das pretensões de descredenciamento do clube, uma vez que a Liga havia determinado, por unanimidade de votos, que “não sejam registrados como amador nesta liga as pessoas de côr. Para os fins convenientes ficou deliberado a todos os clubs filiados ao oficiasse nesse sentido, a fim de que scientes dessa resolução de accordo com ella possam proceder” (FOOTBALL..., 1907, p. 3).

Neste sentido, a oposição ao elitismo e ao racismo no futebol começava a se expressar e a ganhar espaço no Rio de Janeiro, mesmo que partindo de clubes das zonas periféricas da cidade. O abandono do Bangu ao campeonato foi temporária, com a Liga Metropolitana dos Sports Athléticos confirmando a presença do clube para o Campeonato Carioca de 1909, incluídos os jogadores que causaram o estopim para a cisão do clube com a Liga.

Com isso, tal atitude significaria a permissão de jogadores negros e pobres a participarem do campeonato por qualquer clube? Não. As barreiras à inclusão de jogadores de perfil negro e pobre continuariam a operar nos clubes mais abastados da cidade. Contudo, ainda que sem negar sua corajosa e importante atitude diante do ofício da Liga no ano de 1907, a participação do Bangu entre as elites, um clube de pequeno porte que não se apresentaria como uma ameaça real à hegemonia dos clubes estabelecidos e mais ricos da cidade, transmitiria uma aparente imagem de democracia e harmonia no futebol da cidade.

O Correio da Manhã de 19 de março de 1909, analisando os sete concorrentes do torneio daquele ano, do qual o Bangu voltava a ser um dos integrantes, atestava que:

[...] se não é fraco o número de concorrentes, é pelo menos fraquíssimo quanto à qualidade dos mesmos. Verdadeiramente, nas condições exigidas para a disputa de um grande campeonato, só se apontam o Fluminense, o Botafogo, o América, e, quase em boas condições de fazê-lo com o máximo brilhantismo, o Sport-Club Mangueira” (FOOTBALL..., 1909, p. 4).

Assim, ficava implícito que a presença banguense e de seus jogadores negros e pobres era uma estratégia da Liga para evitar um mal-estar entre os dirigentes, ao mesmo tempo em que preservava a posição privilegiada dos clubes mais poderosos da cidade, uma vez sabedores da impossibilidade esportiva de o Bangu ameaçá-los, tal como argumentara José Sérgio Leite Lopes (1994).

Sem dúvida, o Bangu cumpriu um papel de relevância no processo de popularização do futebol num meio confinado a valores elitistas e atitudes excludentes que prosperavam entre aqueles que faziam parte de clubes e liga, mas sua desvantagem esportiva perante seus adversários ainda apresentava certos limites no aprofundamento da questão racial no futebol carioca.

O estremecimento dessa hegemonia, no entanto, viria em 1923 com o título do Vasco da Gama, equipe formada por jogadores de vários estratos sociais e componentes raciais, financiada por ricos comerciantes portugueses, que teria um desempenho físico e técnico muito acima dos outros, consagrando-se campeão logo em sua primeira participação no campeonato carioca da primeira divisão. Esse evento desencadearia a revolta nos clubes rivais, que adotaram medidas para inibir a projeção do clube, tais como a exigência da assinatura dos jogadores e seu descompromisso com trabalhos manuais. Contudo, a partir desse fato histórico o futebol carioca não mais conseguiria sustentar os pilares do amadorismo tal qual em anos anteriores.

O Bangu, até a ascensão e título do Vasco, somente havia conquistado duas vezes a terceira posição no Campeonato Carioca e havia sido campeão da segunda divisão uma vez, em 1911, contando no elenco com jogadores negros e operários. Isto é, não era um incômodo às pretensões de manutenção do poderio dos grandes clubes, não ameaçava seu capital simbólico.

O amadorismo, com suas condutas restritivas, aparecia como um estratégico instrumento de inibição de acesso da prática do futebol nos grandes clubes para aqueles que não partilhavam das características dos segmentos elitizados da sociedade. A questão social e racial, conforme o futebol alcançava adeptos e admiradores fora do círculo da elite, ia provocando acalorados debates entre clubes e as entidades no período amador.

Vasco: um Campeão Indesejado

Na década de 1920, a ordem republicana começou a sofrer críticas que partiam de vários setores sociais, como por parte dos intelectuais e da jovem oficialidade do Exército. O sistema político brasileiro vigente, comandado pelas oligarquias rurais, era acusado pela sua ausência de sintonia com a realidade do país. A Semana de Arte Moderna de 1922, a fundação do PCB, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana e outras revoltas tenentistas, entre elas a ocorrida em São Paulo em 1924 e o início da Coluna Prestes-Miguel Costa em abril de 1925, dão o tom efervescente de uma sociedade ansiosa por mudanças mais amplas na estrutura social. O futebol, como espelho e síntese do social, não estaria imune a esses acontecimentos. Desse modo, as transformações sociais dos anos 1920 no plano político e cultural trouxeram novas ações e comportamentos dos agentes envolvidos no futebol carioca.

Nesse cenário, o futebol começava a se tornar assunto de interesse jornalístico, ganhando cada vez mais destaque nas páginas dos grandes jornais, como atesta José Sérgio Leite Lopes ao apontar que, até os 1920, “o futebol só ocupava uma ou duas colunas de página”, a partir dessa década, sobretudo pelos esforços de Mario Filho, o jornalismo esportivo, e o futebol em particular, passa a se valorizar, ganhar novos recursos. Exemplificando as transformações do modelo amador para o aspecto mais popular e profissional do futebol por meio dos usos da linguagem dos jornais, o autor afirma que “ao invés dos inúmeros termos ingleses que alimentam o esnobismo inconsciente dos jornalistas, os termos da linguagem corrente, o ponto de vista de um público mais vasto (LOPES, 1994, p. 68). Desse modo, a crise no modelo de futebol amador das elites estava instalada.

Um clube, dessa vez, ameaçava os acessos exclusivos de alcance dos bens simbólicos e materiais dos clubes da cidade. E, dessa vez, a resposta seria enfática.

Até o campeonato de 1923, todos os clubes campeões cariocas contavam em seus quadros com jogadores das camadas mais abastadas, promovendo meios de excluir de seus quadros atletas negros e pobres. Nenhum clube associado às camadas populares, até aquele momento, havia ameaçado a hegemonia dos grandes clubes da Zona Sul da cidade, exceto o clube América, pertencente à elite tijuicana.

No entanto, um clube apareceu como uma locomotiva e, de maneira invicta, sagrava-se campeão de maneira arrebatadora com jogadores negros e pobres em seu elenco, promovendo tensionamentos e rupturas no futebol carioca. Esse fato foi de suma importância, pois o principal torneio de futebol no Rio de Janeiro fora apropriado, desde seu início, pelas elites locais como reforço de status de uma camada privilegiada que procurava adotar o estilo de vida dos europeus, tendo na prática do futebol um desses elementos.

Durante a competição de 1923, um acontecimento deixara explícito o incômodo dos clubes estabelecidos com a presença do Vasco. No dia 08 de junho de 1923, no estádio das Laranjeiras, Vasco e Flamengo fizeram até então o clássico mais aguardado e cercado de expectativas do futebol carioca daquele ano. Esse era um evento que de fato dividia a cidade entre aqueles que defendiam um espírito amador e o Vasco, que começava a implementar uma espécie de semiprofissionalismo. A partida terminou com o placar de 3x2 para o Flamengo, sendo derrubada então a invencibilidade dos cruzmaltinos. Os jornais comentaram fartamente esse encontro, ressaltando o vulto de importância que ganhava o esporte. O Correio da Manhã de 09 de julho chegava mesmo a apontar que, até aquele momento, não havia,

[...] positivamente, exemplo no Rio de Janeiro de um fato, ou de um match, que tenha despertado na multidão interesse tão vivo como esse de ontem. Não conhecemos, francamente, na história do futebol carioca, nem mesmo os famosos jogos do campeonato sul-americano, uma competição que tivesse arrancado ruidoso sucesso (FLAMENGO..., 1923, p. 3).

No entanto, a comoção pela partida e a festa após o embate apresentavam outros elementos sociais que encontravam no futebol uma arena de disputas e conflitos por visões de sociedade. De acordo com o relato pós-jogo do jornal O Paiz de 10 de julho daquele ano,

[...] os torcedores da partida de antehontem, depois da victoria do rubronegro, transformaram a nossa cidade em teatro de scenas bem desagradáveis. Formando grupos, os apinhados em automóveis vinham fazendo desatinos e menosprezando aquelles que foram derrotados. Proclamando em altas vozes a victoria do flamengo, não se cansavam de deprimir o digno club vencido numa peleja leal. [...]. Na Avenida Rio Branco chegaram ao ponto de formarem blocos carnavalescos, tendo à frente estandartes, etc. Se, porém, a alegria e o contentamento, não passassem dos limites, nada diríamos, pois seria natural. Entretanto, tal não se deu. Vimos passar em frente à nossa redacção, um grupo bem numeroso, levando em sua frente um estandarte, com ditos offensivos e com um tamanco dependurado! E logo atraz aquelle alluvião de torcedores cantando e provocando a laboriosa e grande colônia portugueza de nossa bella capital. Isso não é correcto, e antes de mais nada é incivil e grosseiro. Os portuguezes só honram o nosso paiz, à eles tudo devemos. Correctos e leaes, tem encontrado no nosso seio o melhor acolhimento, e não podem agora, por questões sportivas e somenos importância, serem alvo para críticas grosseiras. Aqui, pois, os nossos protestos (A INCIVILIDADE..., 1923, p. 9).

A despeito do tom moralizante do jornal diante da festa pela vitória, apontando como irresponsáveis as atitudes dos torcedores flamenguistas, cabe destacar o enfoque dado pelo jornal à grande comoção da vitória dos rubronegros sobre os cruzmaltinos, com o incentivo maciço dos outros clubes da cidade favoráveis ao clube da Zona Sul da cidade. O resultado da

partida em si pouco teve importância para o andamento campeonato, dada a situação confortável do time vascaíno na tabela de classificação, tendo sido campeão com folga naquele ano – seis pontos à frente do Flamengo.

Sendo assim, além do antilusitanismo clarificado nas comemorações – marca de uma sociedade que privilegiava os valores e costumes franceses e ingleses –, o jogo emparelhava duas visões de futebol daquele momento: o Flamengo que, ao lado dos outros grandes clubes da cidade, representavam o espírito amador e elitista de futebol; e o Vasco, com uma proposta de futebol que visava prioritariamente o bom desempenho técnico dentro de campo, nem que para isso fosse necessário estimular financeiramente seus jogadores.

Logo após a conquista do título do Vasco de 1923, Flamengo, Botafogo e Fluminense e outros clubes abandonaram a Liga e fundaram a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA), sem a presença Vasco e outros clubes de menor porte, como o Andarahy, não enquadrados nos novos critérios, pouco claros, como a alegação de que não possuía um campo apropriado para realizar seus jogos. Ainda assim, foi apresentada ao Vasco uma lista de doze de seus jogadores que deveriam ser eliminados do clube, por sua posição social, para que sua solicitada filiação fosse aprovada. Esse fato era indicador dos mecanismos de controle do futebol pelos grandes clubes, haja vista que estes “desde o início, tiveram privilégios dentro dos quadros das disputas esportivas no Rio de Janeiro, pois, eram deles, dos clubes da elite, que saíam os dirigentes das ligas e instituições reguladoras do esporte carioca” (SANTOS, 2006, p. 10).

O jornal Correio da Manhã era taxativo quanto ao problemático entrave que a Associação Metropolitana impunha a seus filiados no campeonato de 1924, afirmando que “ninguém de bom senso pode sancionar determinados dispositivos, que envolvem no seu texto obrigações vexatórias para quem as tenha que cumprir” (O MOMENTO..., 1924, p. 6). Em outra intervenção no Correio da Manhã, uma semana depois, o colunista da parte de esportes tece duras críticas à nova entidade esportiva e seu regulamento, entendendo que seria melhor que:

[...] dissessem logo, quando se fizeram: queremos fulano, beltrano e sicrano. O resto, às favas, não queremos nem precisamos [...]. Era mais leal, e, sobretudo, mais honesto, que tivessem feito assim. Aqueles que quisessem se submeter às exigências e à diferença deprimentes que a lei estabelece na relatividade dos direitos dos fundadores e não fundadores, esses que entrassem, como entraram alguns. Agora, o que julgamos ter sido de uma infelicidade inaudita, foi essa coisa de admitirem A, B, C, D e F, para depois, sem cerimônia, e cinicamente, impor condições absurdas e inaceitáveis, como que procurando um meio para enxotar o Vasco e o Andarahy (FOOTBALL..., 1924, p. 8).

Desse modo, a reação mais agressiva dos grandes clubes com o ingresso do Vasco no círculo de campeões escancarava que a postura racista não havia cessado com a liberação do Bangu nos quadros do campeonato. Dessa vez, um outsider aparecia como um claro incômodo ao ambiente de privilégios, problematizando a estratificação racial e social do futebol carioca vigente.

Nesse ponto, Assaf e Martins argumentam que precisando “manter aparências e evitar que a nova entidade fosse rotulada de preconceituosa”, seus membros dos clubes da elite abriram vaga para o Bangu, reforçando a ideia de que sua presença não significava uma ameaça ao status consolidado. Para todos os efeitos, os jogadores do Bangu “eram operários da fábrica, e não levavam a vida ‘batendo bola’, como faziam, comprovadamente, por exemplo, os atletas do Vasco” (ASSAF; MARTINS, 1997, p. 119). Contrariado com a atitude dos clubes grandes, o Vasco comunicou sua desistência de fazer parte da AMEA por meio de uma carta endereçada à entidade organizadora, conhecida como Resposta Histórica, e disputou o campeonato de 1924 pela Liga Metropolitana, sendo campeão de maneira invicta, haja vista que enfrentara adversários de menor nível técnico e competitivo.

No entanto, ao perceberem que o Vasco mantinha-se forte e atraía grandes públicos no campeonato paralelo ao da AMEA, convidaram-no para fazer parte da associação recém-criada, em 1925, e desta volta na condição de um dos clubes fundadores e podendo contar com todos os seus jogadores, inclusive os atletas negros e pobres.

Esse movimento foi um marco para o futebol carioca, pois aquele cenário de absoluto domínio dos clubes vinculados à elite social da cidade ia aos poucos se modificando. Caracterizado pela de distinção de classe e raça, uma vez que o futebol deveria ser incorporado ao cotidiano desse grupo social como símbolo civilizatório e manifestação do ethos europeizantes dos anos iniciais, o futebol passaria a se configurar, a partir dos anos 1930, um dos símbolos mais emblemáticos no projeto popular de constituição de identidade nacional.

Considerações Finais

Esse trabalho procurou apresentar as ações e reações dos clubes e ligas cariocas em relação ao componente racial nos primeiros anos do século XX, seguindo os rastros teóricos e analíticos de Carlos Hasenbalg acerca das estratégias de impedimento do acesso de bens materiais e simbólicos dos grupos socialmente marginalizados, desconstruindo com dados empíricos duas ideias vigentes até então: a da harmonia racial, muito vinculada ao pensamento freyreano a partir dos anos 1930, e a de que o processo de modernização e racionalização da sociedade apagariam os vestígios raciais, filiada ao pensamento de Florestan Fernandes. Hasenbalg mostrava que o componente racial é o elemento determinante para as desigualdades sociais na realidade cotidiana. Dessa forma, produziu uma nova interpretação explicativa das relações raciais na sociedade brasileira após a abolição, com suas consequências na estrutura de classes e na estratificação social.

Começando pelo Bangu, o clube vinculado ao universo proletário escalou, em 1906, dois jogadores negros – Manuel Maia e Francisco Carregal – provocando reações da federação, que de modo explícito indicava a proibição de “jogadores de cor” na competição. Contudo, em 1909 o Bangu voltaria a participar do campeonato, com a inclusão desses jogadores, pois o clube não suscitava uma ameaça real à manutenção da hegemonia dos clubes da Zona Sul da cidade.

No entanto, anos mais tarde, outro clube de caráter popular romperia essa barreira, tornando-se campeão com jogadores negros e pobres, o que dessa vez provocou reações mais enfáticas dos mesmos clubes, que ocupavam historicamente posições privilegiadas nas ligas organizadoras dos campeonatos. No entanto, desta a ruptura provocada pelo Vasco abriria uma fenda irreversível para o futuro do futebol, absorvendo cada vez mais jogadores das classes marginalizadas e transfigurando-se em manifestação de cariz popular. A conquista de 1923, com um time formado por atletas oriundos das classes populares, muitos deles negros e mulatos, desencadeou um movimento de reação elitista que culminou na fundação da Associação Metropolitana de Esportes Amadores (AMEA), no começo de 1924, e no acirramento das regras vinculadas ao amadorismo.

No entanto, o cenário, embora diferente em relação ao período estudado, continua a apresentar suas desigualdades raciais e sociais, representando assimetrias nas formas diferenciadas de mobilidade dos grupos de não-brancos. Nesse ponto, o trabalho de Vieira (2017) contribui para a problematização da ideia de democracia racial no futebol, com ênfase no Rio de Janeiro, argumentando que as premissas consagradas no senso comum de igualdade e mobilidade social no futebol, deslocadas da realidade social, se apresentariam como uma espécie de mitos sociais, pois, por meio de fartos dados, demonstra a reprodução da discriminação racial e a dificuldade de ascensão social dos negros neste esporte, como a diferença salarial e as posições de destaque nos times. Ou seja, o racismo estrutural continua a se reproduzir no esporte mais popular do país e, em muitos casos, permanece um mecanismo social tão velado que não é identificado nem pelas vítimas. A história do futebol, em escala micro, nos mostra que o componente racial é um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais em nível macro.

Referências

- A INCIVILIDADE dos nossos torcedores. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano 39, n. 14.142, p. 9-10, jul. 1923. Notas do dia.
- ASSAF, R.; MARTINS, C. *Campeonato carioca 96 anos de história (1902 – 1997)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1997.
- ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 1-224, 1999.
- FILHO, M. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2013.
- FLAMENGO 3 Vasco 2. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 33, n. 8.887, p. 3-9, jul. 1923. Football.
- FOOTBALL. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2.803, p. 4-19, mar. 1909. Sport.
- FOOTBALL. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 9177, p. 8-17, abr. 1924. Correio Sportivo.
- FOOTBALL. The Bangú Athletic Club. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 33, n. 138, p. 3-18, maio 1907. Correio de Esporte.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- GIULIANOTTI, R. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- GUIMARÃES, A. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006a.
- GUIMARÃES, A. Entrevista com Carlos Hasenbalg. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 259-268, 2006b.
- HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- HASENBALG, C. Raça, classe e mobilidade. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982. p. 67-101.
- LOPES, J. A vitória do futebol que incorporou a pelada: a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, v. 22, p. 64-83, 1994.
- O MOMENTO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 9170, p. 6-10, abr. 1924. Correio Sportivo.
- PEREIRA, L. A. M. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. 1998. 380f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 2. Ed. São Paulo: IBRASA; [Brasília]: INL, 1981.
- RODRIGUES, R. N. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. 95 p.
- SANTOS, R. P. Uma breve história social dos esportes no Rio de Janeiro. In: SILVA, F. T.; SANTOS, R. P.; AGOSTINO, G. *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 33-54.
- SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SCHWARCZ, L. M. Nina Rodrigues: um radical do pessimismo. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (ed.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 90-103.
- SILVA, M. R. *Mil e uma noites de futebol: o Brasil moderno de Mario Filho*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- VIEIRA, José Jairo. *As relações étnico-raciais e o futebol do Rio de Janeiro: mitos, discriminação e mobilidade social*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2017.

Declaração de Co-Autoria (excertos): Pedro J. L. Vasconcellos redigiu a Introdução e as Considerações Finais do artigo. Andréa Vieira redigiu os subtítulos 'Bangu, outsider conveniente' e 'Vasco, um participante indesejado'. José Jairo Vieira desenvolveu a temática dos obstáculos aos bens simbólicos e materiais na sociedade brasileira.